

Apresentação

O número da Revista *Sociedade e Estado* em torno da temática Feminismos e Gênero surgiu da oportunidade e da necessidade de se refletir sobre o que vem sendo identificado por alguns pensadores como a desestruturação e a crise do feminismo.

O desafio foi tão frutífero que, como se pode observar em alguns dos textos que compõem este volume, a chamada crise do feminismo é vista como falaciosa, considerando que o que ocorre é um processo de proposição de novo significado ao feminismo. Todos os textos remetem, ainda que de diferentes maneiras, à importância do movimento como gênese do conceito de relações de gênero e como meio de reestruturação do conhecimento no mundo contemporâneo. Ou seja, vivencia-se um momento ímpar, em que o feminismo pode ser lido em suas próprias ambigüidades, sendo que essas são compreendidas como constitutivas tanto do movimento feminista, como do conceito de gênero. Essas ambigüidades devem, por sua vez, serem pensadas, a nosso ver, em sua positividade, e isso porque, entre outros motivos, a postura metodológica para se refletir sobre o movimento feminista e sobre as relações de gênero é demarcada por novos elementos paradigmáticos, tais como:

- A diversidade e a pluralidade como categorias constituintes do movimento feminista e da noção de gênero, categorias que se refletem nos artigos em que se encontram vários olhares ou vieses sobre o feminismo, além de uma pluralidade de visões a respeito do conceito de gênero.
- O paradoxo entre o particular e o universal, na medida em que, por um lado, os estudos sobre mulher e sobre gênero partem do princípio da particularidade social, histórica e cultural da construção da Mulher e do Homem, variável portanto no tempo e no espaço. Por outro lado, parte também da certeza de uma postura universalista que agrega as diferentes situações e reflexões sobre a Mulher.
- A apropriação do conceito de gênero pode ser feita de forma particular pelos diferentes campos disciplinares. Em outros termos, há campos que dele se apropriam por meio de uma ótica essencialista, enquanto outros, mediante a ótica do construtivismo cultural.
- O caráter intrinsecamente transdisciplinar da noção de gênero.
- A interação constitutiva existente entre a noção de gênero ou de “rela-

ções de gênero” e o movimento feminista. Assim, por exemplo, o trânsito entre posições teóricas essencialistas e não essencialistas condiciona diretamente a dinâmica dos movimentos feministas.



Apesar de o objetivo de Rita Laura Segato, no trabalho intitulado “Os percursos de gênero na antropologia e para além dela”, propor uma avaliação sumária e pessoal da trajetória dos estudos de gênero na antropologia, a autora consegue demonstrar que uma única disciplina não pode dar conta da complexidade dos fenômenos sociais em geral e como a perspectiva de Gênero encontra-se no cerne da abertura transdisciplinar. Ao partir dessa constatação, a autora circula, em sua reflexão, por outras áreas do conhecimento tais como a psicanálise e a filosofia. Além disso, visibiliza a tensa aporia relativismo - universalismo presente nos estudos de gênero na antropologia. Por um lado, temos que Mulher e Homem são produtos histórico-culturais e logo, variáveis no tempo e no espaço; por outro, há um certo consenso sobre uma tendência à universalidade do gênero como estrutura hierárquica de subordinação. Ora, essa tensão não está presente apenas na antropologia, é uma constante nos mais variados campos disciplinares e apresenta-se na forma de coluna vertebral para qualquer estudo de gênero.

Ainda que não trate diretamente do feminismo, indica questões significativas de reflexão sobre esse, na medida em que, por exemplo, lembra as dificuldades que a tensão acima referida — entre o universalismo e o relativismo — coloca para definir a categoria Mulher com que o movimento social deve trabalhar.

Nessa direção, aponta como a visão construtivista de gêneros pode levar a um desmonte da categoria Mulher e, simultaneamente, à anulação das propostas feministas que buscam transcender as particularidades de nações ou agrupamentos humanos. O feminismo é assim entendido como movimento social de escopo universal em sua reivindicação dos direitos humanos das mulheres.

Segato consegue, portanto, dar estatuto acadêmico a um dilema central dos aportes que os estudos de gênero oferecem ao feminismo: a necessidade de uma premissa dessencializadora para demonstrar que não existe uma determinação biológica para o papel, tendencialmente universal, subordinado da mulher. Contudo, o movimento feminista necessita, simultaneamente, constituir sua essência para proporcionar uma unidade ao movimento social, transcendendo fronteiras geográficas, étnicas e sociais. Nes-

sa direção, pergunta-se ainda a autora, colocando em xeque o programa reformador dos feminismos: se há, de fato, uma estrutura profunda que rege essa universalidade, é possível pensar uma sociedade que, finalmente, erradique, dissolva essa estrutura que provou ser tão estendida e poderosa até o momento, ao longo do tempo e das culturas humanas?

Na seqüência, uma outra questão é apresentada: como observar e comparar mulheres, em sua concretude, sem problematizar a passagem da mulher genérica — da posição do feminino como categoria — para entidades concretas que representariam o gênero mulher em culturas diferenciadas e, ao mesmo tempo, sobre a base de uma anatomia comum?

Ademais, da idéia de que gênero trata de uma estrutura de relações e, portanto, diz respeito a todos, sugere-nos questões centrais para a reflexão não apenas acerca do feminismo, como também dos movimentos sociais em geral, pois a autora destaca os meandros das estruturas de poder e os enigmas da subordinação voluntária em geral. Assim, o gênero possibilita a emergência de um discurso elucidador sobre a implantação de outros arranjos hierárquicos na sociedade, ao permitir-nos falar sobre outras formas de sujeição, sejam elas étnicas, sociais, regionais ou as que se instalam entre os impérios e as nações periféricas. Rita Segato mostra — uma vez que não há possibilidade de observação, em uma dada sociedade, do caráter igualitário dos gêneros — a razão de estarmos no domínio de uma estrutura que organiza símbolos que não são da ordem do visível. O poder revela-se, às vezes, com infinita sutileza.

Nessa linha de articulação, insiste no tratamento de uma estrutura abstrata de relações que estaria conectada a uma ordenação hierárquica do mundo, a semente mesma das relações de poder na sociedade. Esse é, portanto, outro aspecto que o artigo oferece e presenteia para pensar o feminismo e as conquistas das mulheres, sobretudo nas últimas décadas, assinalando, por exemplo, como a mulher acedeu ao homem, substituindo-o mesmo em papéis que implicam o exercício de poder. Contudo, isso não garantiu uma reforma dos afetos. Daí Segato referir-se ao processo como dimensão funcional do gênero. Todavia, autora não se encarcera na idéia original da “ficção dominante”, inscrição fundante ou cena originária, sugerindo a possibilidade de uma androginia aberta a trocas de posições no registro afetivo. Afinal, seria possível afirmar que se o gênero, como categoria, faz parte de um modelo estável, ele é extremamente instável e fugidio nos seus processos de instanciação. Como é possível agir tornando representáveis e representadas, no plano ideológico, as constantes experiências de circulação dos sujeitos pelos registros de gênero, pela androginia inerente à vida hu-

mana, que, raramente, obtêm visibilidade e permanecem mascaradas pela inércia da linguagem e por outras formas de coerção oriundas do campo ideológico? Isso porque a autora aposta no fato de termos todos a possibilidade de vivermos uma criatura mista em sua composição de gênero e de circularmos, em nossas vivências interiores, por intermédio de registros diferentes, ainda que nem sempre compatíveis. O sujeito poderia, portanto, ser lido como uma composição de gênero e não como ser monolítico, unissêmico, que as representações geralmente indicam, sobretudo no Ocidente.

A autora sugere assim uma noção de gênero da personalidade, remetendo-se à feminidade e à masculinidade tais como se expressam nas atitudes e no temperamento das pessoas, além da disposição afetiva, da maneira e da posição em que elas estão inseridas na relação com os outros nas interações de sua vida afetiva. Ou seja, a categoria gênero é tratada de maneira muito mais ampla do que no simples âmbito dos papéis sociais ao qual foi reduzida e mecanizada em tantas análises sociológicas, uma vez que gênero inclui as dimensões sociais, psíquicas e sexuais.

O texto de Lourdes Bandeira e Deis Siqueira, "A perspectiva feminista e o pensamento moderno contemporâneo", apresenta um olhar otimista sobre o feminismo e, principalmente, sobre o pensamento feminista, o qual englobaria os estudos feministas, os estudos sobre mulheres e os estudos de gênero. Associam, por um lado, a invisibilidade das mulheres às ambigüidades do pensamento moderno e, por outro, sua visibilidade a esse movimento social. Positiva o feminismo por seu modo de questionar particular, diverso e plural. Além de ter desencadeado mudanças na ordem social e política, o feminismo teria aberto novas perspectivas para diversos campos disciplinares ao enfatizar aquelas que mais se adequaram ao pensamento sociológico. A crítica feminista mina qualquer possibilidade de posturas neutras em relação a valores tradicionalmente centrais para os procedimentos científicos e permite implodir o pensamento binário, com seu substrato biológico, desnaturalizando as idéias de feminino e de masculino contidas em categorias como as de homem e de mulher. Assim, a noção de gênero — de caráter implicitamente relacional — pode remeter à construção de novos paradigmas, permitindo novas abordagens teóricas.

As autoras destacam as várias ambigüidades do pensamento moderno, centradas em torno da construção do sujeito universal e do sujeito de gênero. Transitam pelos últimos séculos entre as posições democráticas, que supõem a igualdade de homens e de mulheres, e as misóginas, assentadas na inferioridade feminina, determinada pelo império do útero. Essas ambi-

güidades teriam criado armadilhas cartesianas, para o próprio pensamento feminista em seus primeiros momentos — feminismo moderno —, na medida em que partiu de uma ilusória igualdade entre homens e mulheres como critério universal regulador da verdade. Entretanto, caracterizam o feminismo na contemporaneidade — feminismo pós-moderno — como detonador da hierarquia e da concepção binária entre os sexos, quando instala a diversidade, a especificidade, a experiência, a heterogeneidade e a pluralidade, entrelaçando o público e o privado, o político e o ético, ou o solidário, rumo ao rompimento e à superação da razão androcêntrica como universal e com os dualismos enganosos.

Além de enfatizarem o caráter interdisciplinar do conceito de gênero, as autoras também afirmam que o pensamento feminista teria criado novos mapas cognitivos para a sociologia.

Miriam Pillar Grossi, depois de discutir a questão geracional do movimento feminista brasileiro, no texto “Feministas históricas e novas feministas no Brasil”, apresenta os fundamentos para o significativo aumento de militantes de diferentes faixas etárias nos anos 90, deixando, portanto, o movimento de ser identificado apenas com mulheres de uma única geração. Agrupa as participantes em dois grandes grupos: feministas históricas e novas feministas, os muitos feminismos existentes no país, as muitas formas de se identificar no âmbito desse campo político, as muitas formas de participação e militância.

Com relação às feministas históricas, Grossi analisa os três caminhos por elas percorridos: Organizações Não Governamentais (ONGs); Universidades, pesquisadoras e professoras, em estudos de gênero; e, por fim, as Políticas Públicas, conselhos, administrações e serviços.

No que toca às novas feministas, fala das jovens e das senhoras. As primeiras estariam presentes majoritariamente nos movimentos sociais rurais, nos postos da administração pública, nos partidos de esquerda, como empregadas das ONGs e nos grupos batizados pela autora como de dupla identidade — particularmente as identidades negra e lésbica. Ao referir-se às senhoras, mulheres maduras, dá particular ênfase às mulheres que se reconheceram no movimento no decorrer da década de 90 e que se elegeram para o legislativo — senadoras, deputadas e vereadoras. Compõem, no Congresso Nacional, a bancada do batom ou as mulheres sem medo do poder.

Assim, a autora acaba por identificar e localizar três gerações de feministas: as mulheres mais maduras, que estariam atuando no espaço político representativo; a geração intermediária, que se situaria nas ONGs e nas

universidades; e as mais jovens, que estariam nas redes militantes de esquerda, articulando várias identidades.

Apesar do aumento do número de mulheres identificadas com as lutas do movimento, nem todas consideram-se parte do movimento feminista, preferindo dizer que fazem parte do movimento de mulheres, recusando a auto-denominação “feministas”. A partir dessa auto-identificação, a autora constrói outra classificação: grupos de mulheres, feministas e de gênero.

Grossi conclui que todas essas categorias fariam parte do movimento feminista, uma vez que todos apontam a “igualdade” entre homens e mulheres como projeto político, identificando-se, portanto, ao ideário feminista do final do século XX. Assim, analisando documentos de mulheres camponesas — panfletos, boletins etc. —, afirma que essa base de dados mostra que mesmo se a palavra “feminismo” é raramente empregada, seus *slogans* são muito próximos das grandes lutas feministas brasileiras, como a luta contra a violência conjugal, pelos direitos reprodutivos, pelo acesso à educação.

Ao se referir às mulheres parlamentares, assinala que para muitas das feministas históricas, essas mulheres não são feministas. No entanto, pode-se discordar dessa posição, uma vez que as “mulheres sem medo do poder” lutam por uma reivindicação fundamental do feminismo — desde suas origens, no século XIX — que é a questão do acesso das mulheres ao espaço da política representativa.

Mary Garcia Castro, no texto “Engendrando poderes em tempos neoliberais na América Latina — Feminismos e feminismos, reflexões à esquerda”, enfrenta a positiva diversidade de posturas feministas com preocupação e desconforto. Observa um esmaecimento das dissensões entre as diferentes posturas feministas, especificamente entre as posturas ditas “autônomas” ou “radicais”, e aquelas consideradas como menos autônomas, ou domesticadas. A autora parte da possibilidade de um feminismo libertário, que engendre relações de respeito às diferenças, subjetividades singularizadas no prazer, reinventando-se o ser feminino no humano. Lembra que o movimento teria sua origem na ousadia libertária, contra cânones, reivindicando a materialização no imediato de utopias, o investimento em des-identificações. Ao partir de um *locus* marcado pela angústia da insistência em uma leitura à esquerda daquela mais comum nos tempos atuais, convida os leitores a compartilhar algumas preocupações, afinal, dar a volta pela esquerda, hoje em dia, é antes de tudo um desafio à criatividade, é recolorir e sexualizar a classe em sua vertente africana.

A leitura do feminismo à esquerda deve trazer implícita a premissa de

que há relações estreitas mas não fusão homogeneizadora entre os termos mulher, gênero e feminismo. Cada um teria seu estatuto, válido no quadro de uma perspectiva que incorpore um olhar de classe social e, simultaneamente, um olhar que singularize tanto os interesses de mulheres — respeitadas suas diversidades em termos de raça, etnia, preferência sexual e outras opções e identidades —, como o questionamento de relações sociais entre os sexos, ou seja, os sistemas de gênero.

Entre suas preocupações, Castro enfatiza a institucionalização do feminismo, e, particularmente, o processo de *onguiamento* ou seja, a institucionalização do feminismo em ONGs, dependentes de fundos de agências internacionais e, portanto, tendentes à rigidez institucional e à competição. Insiste na idéia de que o feminismo dos direitos, de representação da cidadania e do espaço na sociedade civil é importante, só que é uma agência “do” e não “o” feminismo.

Chama a atenção para o fato de que um feminismo classista, não “umbigoizado”, deveria conjugar o investimento tanto em políticas públicas que acentuem gênero, como em políticas universais de defesa dos direitos e das condições de vida dos trabalhadores. Afinal, gênero não seria um conceito redutível à categoria mulher, mas um olhar relacional que implica uma postura ética e uma perspectiva emancipadora. A título de provocação, oferece a hipótese de que a ação feminista na América Latina estaria sendo cada vez mais seduzida pela ação pragmática, sobretudo a partir do final da década de 80, destacando que o processo dá-se não pela imposição de um poder masculino, patriarcal. Critica, nessa direção, o aspecto de “cota”, que seria válido, porém reducionista, pois não consideraria o poder como processo, nem a dialética entre inclusão e exclusão, assim como os limites ao exercício do poder no jogo entre macro e micro políticas.

Reforça, assim, a observação de que estaríamos diante de um desafio acerca do conhecimento feminista contemporâneo no que toca à ambigüidade de sua legitimação, ou seja, o mover-se entre a identidade de contrapoder a um poder relativo em si. Daí a necessidade epistemológica de se distinguir conhecimentos e práticas referenciados à mulher, das perspectivas de gênero e posturas feministas.

O texto de Eleonora Menicucci de Oliveira, “A prática feminista e gênero na construção do conhecimento”, discute a importância e a influência do que a autora considera os dois movimentos sociais mais significativos deste século: o feminismo e o sindicalismo. Com a ênfase centrada no pensamento feminista, destaca, como premissa principal, tanto a participação de homens e de mulheres trabalhadoras, no processo de construção do conhe-

cimento, como a intervenção destes, sobre suas condições de saúde e de trabalho, como parte fundamental de sua formação política.

A partir daí o artigo enfatiza a opção metodológica adotada que se expressa em três componentes paradigmáticos, ou seja: a) a especificidade e a natureza da relação que se estabelece entre o sujeito e o objeto do conhecimento, ancorada na arte de dialogar, na mobilidade do objeto e nas práticas sociais que o envolvem; b) a problematização das relações de poder existentes, assexuadas e assimétricas, articulando e produzindo o próprio enredo ou a trama na pesquisa; e, por fim, c) a necessidade da reflexão hermenêutica crítica como estratégia analítica a transformar a ciência de um objeto estranho e distante em algo próximo e familiar. Desse ponto de vista, a autora pretende assegurar a presença da alteridade e da utilização de um pluralismo metodológico no processo de produção do conhecimento bem como de garantia de sua distribuição democrática.

Em suma, trata-se de uma maneira, proposta pela autora, de entender a relação dessa abordagem com o processo de saúde e de trabalho transversalizado pelas relações de gênero.

A partir de duas crises históricas pontuais — a emergência e a consolidação da sociedade industrial e, em seguida, o período do pós-Guerra, passando pela crise do socialismo do Leste Europeu e chegando até nossos dias —, a mulher esteve praticamente ausente, ganhando visibilidade apenas nos anos 70, com seu ingresso maciço no mercado de trabalho, o que lhe garantiu uma sobrecarga de trabalho, e, conseqüentemente, a reafirmação das diversas hierarquias de poder existentes na sociedade, hierarquias que sexualizam o mundo social. Para a autora, o uso da categoria gênero como mediação entre a prática e a teoria científica evidenciou a “ruptura” em relação ao interesse do conhecimento instituído em silenciar as relações de poder entre os sexos, em uma alusão à proibição do diálogo entre esses. Destaca, ao contrário, a importância da dimensão dialógica proposta por Habermas, que implica em desocultar os silêncios impostos aos diferentes sujeitos e atores sociais. Pois, nessa perspectiva de produção processual de conhecimento, o sujeito não é prefixado, nem ponto fixo, mas sim, é construído.

A perspectiva aberta pelos estudos de gênero permite pensar as diferenças explicativas em relação aos diversos lugares que ocupam mulheres e homens no campo do trabalho e como esses diferentes *locus* interferem, de maneira específica, na saúde do homem e da mulher. Considera ainda que a categoria gênero é o sexo socialmente construído e, como tal, ultrapassa o sexo biológico, edificando-se no conjunto das práticas sociais, dos símbo-

los, das representações, das normas e dos valores sociais que as sociedades elaboram a partir da diferença anatômico-fisiológica que dá sentido à satisfação dos impulsos sexuais. Nesses termos, a categoria gênero, concebida com maior abrangência e generalidade, deixa em aberto a possibilidade de existirem tanto formas distintas e específicas de relação entre homens e mulheres, como formas historicamente diferenciadas de conceber as relações entre os gêneros e as práticas de dominação, subsumidas, seja pela teoria de classe, seja pela de estratificação social.

Oliveira busca reforço para seu raciocínio em Bachelard que acentuava a idéia de que o ato científico se descobre e se constrói, e de que não há nada naturalmente dado. Assim, reconhecer o fenômeno é muito mais significativo do que conhecê-lo, pois os fatos científicos não podem ser “encontrados”, mas conquistados, operando-se a primeira ruptura com o senso comum. A segunda centraliza-se na construção do próprio objeto de pesquisa, em função da ruptura já operada, segundo a qual os fatos existem *in natura*, prontos para serem descobertos e estudados. E, por último, a verificação, isto é, a coleta dos dados com o método considerado o mais oportuno. A partir de tais procedimentos ou atos epistemológicos, a autora propõe um modelo para analisar os impactos dos riscos do trabalho na saúde, na sexualidade e na vida reprodutiva de mulheres trabalhadoras. Tais rupturas concretizam-se por meio de técnicas: a primeira consiste na ruptura com a linguagem; a segunda, na comprovação estatística dos fatos; e, por último, a terceira, na idéia da desconstrução. Conclui afirmando que, a partir dos vários exemplos oferecidos, procurou esclarecer como ocorrem as rupturas epistemológicas necessárias à transformação das relações de poder entre os gêneros na sociedade, tanto na esfera do privado, como na esfera do público.

Francine Descarries, no texto “O feminismo contemporâneo no Quebec: entre as práticas e os discursos”, centra sua reflexão no movimento feminista visto ora como prática sócio-política, ora como discurso teórico que interpela a dimensão sexuada das relações sociais. Como movimento social, o feminismo adquiriu enorme importância na vida dos quebequeses e das quebequenses, apesar dos ventos neoliberais e da mídia, que tendem a descaracterizar sua presença e magnitude. Ao contrário, ainda se mantém como força sócio-política viva e real, afirma a autora. A expressão dessa foi resultado da pesquisa realizada pelo Conselho do Estatuto da Mulher Canadense que, ao perguntar a uma quebequense sobre duas, “você é feminista?”, comprova que 51,0% responderam: *sim*. São várias as categorias que reafirmam sua opção feminista.

A mesma investigação confirma que 85% da população do Quebec com idade acima de 18 anos apóiam o movimento de mulheres e suas ações políticas, considerando o feminismo como uma busca de igualdade entre os sexos. Menos de 10% dos quebequenses negam-se a aceitar o feminismo. Os anti-feministas constituem, portanto, uma exceção.

Os dados indicam que as quebequenses, até o presente, têm resistido bem aos ataques e críticas ao feminismo e que a luta pela busca da igualdade tem servido para dinamizar a ação coletiva do movimento das mulheres no Quebec. Segundo a autora, o movimento tem se caracterizado por destacar a adesão à problemática da igualdade, na medida em que essa representa a constante que atravessa ainda todas as fases do movimento feminista em suas múltiplas formas de expressão de pensamento e de prática, desde as mais radicais até as mais instrumentais, passando por aquelas que reclamam por reformulações neoliberais ou mesmo pós-modernas.

Como interpretar a relativa boa saúde do feminismo do Quebec e a manutenção de seu poder de mobilização? A autora destaca alguns fatores que permitem responder a essa questão. Um diz respeito aos diferentes aspectos sócio-históricos e políticos desenvolvidos durante todo o texto. O outro refere-se às práticas feministas que se atualizam de forma diferenciada ou específica na realidade cotidiana das mulheres por meio da luta contra a violência e pela igualdade salarial, pelo acesso à saúde, pela representatividade política de conciliar trabalho e família, luta contra a pobreza e contra a marginalidade das trabalhadoras, entre outras. Contudo, o movimento feminista é uma das raras vozes presente na formulação de uma crítica social concreta contra a *marchandisation* das pessoas e das relações sociais. Um terceiro elemento para a reflexão remete à institucionalização ou inscrição do feminismo no interior do aparelho de Estado, com presença constante na elaboração ou no fomento de políticas públicas.

Uma das boas contribuições do texto de Descarries advém do fato de localizar o fôlego e a importância do movimento feminista no Quebec em sua incorporação histórica em uma luta política mais abrangente, que é o movimento nacionalista pela independência do Estado, além de exercer uma forte intervenção nos organismos comunitários, sindicais e governamentais. O feminismo seria assim caracterizado como uma voz modernizadora da sociedade canadense. Apesar da existência das contracorrentes que querem dividir as lutas e desmobilizar politicamente o movimento, o feminismo resiste com uma plataforma comum, respeitando a diversidade das experiências sócio-culturais e as necessidades das mulheres do Quebec.

Anette Goldberg-Salinas trata, finalmente, no texto "Feminismo con-

temporâneo no Brasil: estratégias das mulheres em movimento e dos homens no poder”, da situação das mulheres das classes médias dos grandes centros urbanos brasileiros, a partir dos anos 70. Destaca três tipos de jovens protagonistas. Primeiro, aquelas que aspiravam a realizar os estudos superiores e a seguir uma carreira conciliada com o casamento e a maternidade. Em segundo lugar, identifica as mais radicais, as que freqüentavam grupos artísticos e culturais que se insurgiram contra o golpe militar de 1964. Por fim, um terceiro grupo constituído por aquelas que não estavam fora do radicalismo e que aderiam aos meios artísticos, distanciados do militatismo, mas que criavam uma contracultura a partir do movimento tropicalista.

No início dos anos 70, configura-se uma *femme nouvelle*, caracterizada pela transgressão e retratada pela revista *Nova*. Isso teria sido importante na medida em que teria aberto diferentes representações sobre as mulheres solteiras, sedutoras e sexualmente liberadas, cada vez mais interessantes sob o ponto de vista intelectual, deixando em segundo plano a expectativa do casamento e o sucesso no mercado de trabalho. Concomitante a essa nova mulher, a autora destaca a existência da mulher transgressora, clandestina e silenciosa, localizada no militatismo das organizações de esquerda. Vale destacar o que salienta a autora quando diz que, apesar da radicalidade de uma escolha existencial baseada em uma consciência política, esse grupo parecia aceitar passivamente a assimetria e a desigualdade que caracterizavam as relações entre homens e mulheres. Mais: um outro tipo de mulher — que considerava o corpo como lugar político e que foi refratário a todo movimento coletivo — procurou uma liberação individual nos processos subjetivos, freqüentemente associados ao consumo de drogas, ao culto da androginia e a práticas homossexuais.

A partir de 1970, renasceu no Brasil uma ideologia feminista que se manifestou timidamente na formação de grupos de reflexão no Rio de Janeiro e em São Paulo, simultaneamente à constituição de um objeto de estudo “mulher”, que surge no domínio das ciências sociais. Esse fato ganhou espaço nos órgãos de imprensa, formadores de opinião em todo o mundo ocidental, repercutindo na ONU, que estabeleceu como objetivo promover a participação e a integração feminina nos processos de desenvolvimento nacional.

No final dos anos 70, desponta uma conquista do feminismo centrada nos programas de reivindicações específicas das mulheres que ganham adeptos nas chamadas lutas gerais da sociedade. Os anos 80 caracterizam-se pelo fracionamento, pela multiplicação e pela diversificação das associa-

ções feministas vinculadas a representações políticas ou a reivindicações sindicais. Nesse mesmo período, inicia-se um processo de institucionalização do movimento feminista mediante a criação dos conselhos, destacando-se o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Ainda em 1988, com a nova Constituição, as mulheres do movimento organizado fizeram incorporar uma série de reivindicações na legislação referente à família, à saúde, ao trabalho e à violência, que atinge o código penal e o código civil.

Apesar da multiplicidade e da diversidade dos diferentes grupos e tendências existentes dentro do movimento feminista, e de todos os embates que o movimento sofreu no decorrer das três últimas décadas — como bem mostra a autora —, os resultados hoje estão visíveis, tanto no interior do Estado, como na organização dos movimentos sociais e sindicais. Para concluir, vale salientar o quanto os artigos que compõem esta publicação, apesar de sua diversidade, indicam, no conjunto, o movimento de mão dupla que caracteriza as relações existentes entre feminismo e gênero. Ou seja, as questões e os problemas aqui abordados, tais como o essencialismo e o não essencialismo; o construtivismo e o desconstrutivismo; o universal e o particular, o público e o privado estão mutuamente relacionados. Assim, as ambigüidades presentes — de maneira implícita ou explícita, tanto no movimento feminista, como na construção teórica das relações de gênero e nas interações existentes entre ambos — são geradoras de uma dinâmica própria que nega e transcende uma leitura e uma apropriação fixa e rígida das categorias feminismo e relações de gênero.

Lourdes Bandeira e Deis Siqueira
organizadoras